

Santa Luzia, 07 de outubro de 2024.

PADRÃO - Edital Pregão de Bem(Lei14133) PMMG/3RPM/COMPRAS Nº 98963512/2024

PADRÃO - EDITAL PREGÃO DE BEM(LEI14133)

EDITAL DE LICITAÇÃO

AQUISIÇÃO DE BENS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2024	
PROCESSO DE COMPRA:	1259759 38/2024
CONTRATANTE:	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS/3ª RPM
OBJETO:	Aquisição de materiais de academia de musculação e crossfit para atender as necessidades da 3ª Cia PM Ind PE (GER 3ª RPM).
VALOR ESTIMADO:	R\$ R\$ 227.587,02 (duzentos e vinte sete mil, quinhentos e oitenta e sete reais e dois centavos).
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	MENOR PREÇO
MODO DE DISPUTA:	ABERTO E FECHADO
EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS:	Licitação com lote aberto a todos os licitantes e lote com a participação exclusiva de ME e EPP ou equiparada, conforme disposto no Anexo I - Termo de Referência.
LOCAL: Portal de Compras do Estado de Minas Gerais - http://compras.mg.gov.br/	
DATA DA ABERTURA DA SESSÃO	HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO: 09h00
29 de novembro de 2024	

[1. PREÂMBULO](#)

[2. OBJETO](#)

[3. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO](#)

[4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO](#)

[5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA](#)

[6. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA ETAPA DE LANCES](#)

[7. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA](#)

[8. DA HABILITAÇÃO](#)

[9. DOS RECURSOS](#)

[10. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO](#)

[11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA](#)

[12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO](#)

[13. DA CONTRATAÇÃO](#)

[14. DA SUBCONTRATAÇÃO](#)

[15. DA GARANTIA FINANCEIRA DA EXECUÇÃO](#)

[16. DO PAGAMENTO](#)

[17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS](#)

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

1. PREÂMBULO

1.1. Torna-se público que o ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio da TERCEIRA REGIÃO DE POLICIA MILITAR, realizará a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO do tipo **MENOR PREÇO**, no modo de disputa **ABERTO E FECHADO**, regime de execução por **VALOR GLOBAL**, em sessão pública, por meio do site www.compras.mg.gov.br, visando a aquisição de materiais de academia de musculação e crossfit para atender as necessidades da 3ª Cia PM Ind PE (GER 3ª RPM), nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Decreto nº 48.723, de 24 de novembro de 2023, e demais legislações aplicáveis.

2. OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a aquisição de materiais de academia de musculação e crossfit para atender as necessidades da 3ª Cia PM Ind PE (GER 3ª RPM), sob a forma de entrega integral, nos termos do Termo de Referência anexo ao presente edital.

2.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no Portal de Compras e as especificações técnicas constantes no Anexo I - Termo de Referência, o licitante deverá obedecer a este último.

3. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1. Os pedidos de esclarecimentos e os registros de impugnações referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, no [Portal de Compras do Estado de Minas Gerais](#).

3.2. O pedido de esclarecimentos ou registro de impugnação pode ser feito por qualquer pessoa no Portal de Compras/MG na página da licitação, em campo próprio (acesso via botão "Esclarecimentos/Impugnação").

3.2.1. Nos pedidos de esclarecimentos ou registros de impugnação os interessados deverão se identificar (CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica, e CPF e nome do interessado para pessoa física) e disponibilizar as informações para contato (telefone e e-mail).

3.2.2. Podem ser inseridos arquivos anexos com informações e documentações pertinentes as solicitações.

3.2.3. Após o envio da solicitação, as informações não poderão ser mais alteradas, ficando o pedido registrado com número de entrada, tipo (esclarecimento ou impugnação), data de envio e sua situação.

3.2.4. A resposta ao pedido de esclarecimento ou ao registro de impugnação também será disponibilizada via sistema. O solicitante receberá um e-mail de notificação e a situação da solicitação alterar-se-á para "concluída".

3.3. O Pregoeiro responderá no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

3.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

3.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação, nos termos do art. 14, §2º do Decreto 48.723/2023.

3.5. As respostas aos pedidos de impugnações e esclarecimentos aderem a este Edital tal como se dele fizessem parte, vinculando a Administração e os licitantes.

3.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, observados os prazos fixados no art. 55 da Lei Federal nº 14.133/ 2021 e do art. 15 do Decreto 48.723/2023.

3.7. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

3.8. As denúncias, petições e impugnações anônimas ou não fundamentadas não serão analisadas e serão arquivadas pela autoridade competente.

3.9. A não impugnação do edital, na forma e tempo definidos nesse item, acarreta a decadência do direito de discutir, na esfera administrativa, as regras do certame.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A participação no presente Edital se dará exclusivamente por meio do [Portal de Compras do Estado de Minas Gerais](#).

4.1.1. As orientações para participação neste Edital são apresentadas no [Manual da licitação pelos critérios de julgamento de menor preço e maior desconto – Decreto 48.723/2023, versão Fornecedor](#).

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e demais licitantes enquadrados como beneficiários indicados no caput do art. 3º do Decreto nº 47.437/2018, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e no

mencionado Decreto 47.437/2018.

4.3. A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior:

4.3.1. não se aplica no caso de licitação para contratações de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.3.2. fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.3.3. nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, deverá ser considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos subitens 4.3.1. e 4.3.2.

4.4. Para fins do disposto neste edital, o enquadramento dos beneficiários indicados no caput do art. 3º do Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018 se dará da seguinte forma:

4.4.1. microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme definido nos incisos I e II do caput § 4º do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

4.4.2. agricultor familiar, conforme definido na Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

4.4.3. produtor rural pessoa física, conforme disposto na Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

4.4.4. microempreendedor individual, conforme definido no § 1º do art. 18-A da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

4.6. **Poderão participar** desta licitação os fornecedores cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam regularmente credenciados no Cadastro Geral de Fornecedoros – CAGEF do Estado de Minas Gerais, nos termos do Decreto Estadual nº 47.524, de 6 de novembro de 2018 e Resolução SEPLAG nº 93, de 28 de novembro de 2018.

4.6.1. O credenciamento no CAGEF deve ser realizado no prazo mínimo de 02 (dois) dias úteis antes da data da abertura da COTEP, por meio do site www.compras.mg.gov.br - [Opção Cadastro de Fornecedoros](#).

4.6.2. Cada fornecedor deverá credenciar, no mínimo, um representante para atuar em seu nome no sistema, sendo vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de um licitante no presente Edital.

4.6.3. O representante receberá uma senha eletrônica de acesso, de caráter pessoal e intransferível, ficando excluída da responsabilidade do provedor ou do órgão/entidade promotor do Edital por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

4.6.4. É dever do responsável legal conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no CAGEF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.6.5. A inscrição junto ao provedor do sistema implica a presunção da capacidade técnica do licitante e do seu representante para realização das transações inerentes ao Edital.

4.6.6. O licitante se responsabiliza:

4.6.6.1. pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante;

4.6.6.2. pelo acompanhamento das operações no sistema, admitindo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.6.7. Informações complementares a respeito do credenciamento podem ser obtidas no site www.compras.mg.gov.br ou pela Central de Atendimento aos Fornecedoros, via e-mail: cadastro.fornecedores@planejamento.mg.gov.br, com horário de atendimento de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 16:00h.

4.7. O fornecedor que desejar obter os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar Federal nº 123/2006, disciplinados no Decreto Estadual nº. 47.437, de 2018 e pela Resolução Conjunta SEPLAG/SEF/JUCEMG nº 9.576, de 6 de julho de 2016, deverá comprovar a condição de beneficiário no momento do seu credenciamento ou quando da atualização de seus dados cadastrais no Cadastro Geral de Fornecedoros – CAGEF, desde que ocorram em momento anterior ao cadastramento da proposta comercial.

4.7.1. Não havendo comprovação, no CAGEF, da condição de beneficiário até o momento do registro de proposta, o fornecedor não fará jus aos benefícios listados no Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018.

4.8. **Não poderão participar deste Edital** as empresas que:

4.8.1. Não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

4.8.2. Enquadrem-se como empresa estrangeira que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.8.3. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.8.4. Que se enquadrem nas seguintes situações:

4.8.4.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.8.4.1.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.8.4.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.8.4.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, conforme legislação vigente;

4.8.4.3.1. O impedimento de que trata o item anterior será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.8.4.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.8.4.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.8.4.6. Empresas que tenham como proprietários controladores ou diretores membros dos poderes legislativos da União, Estados ou Municípios ou que nelas exerçam funções remuneradas, conforme art. 54, II, "a", c/c art. 29, IX, ambos da Constituição da República;

4.8.4.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1. Após a divulgação do edital de licitação, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do Portal de Compras MG, a proposta **COM PREÇO** até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação, informando, obrigatoriamente no sistema:

5.1.1. o VALOR TOTAL para o lote.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

5.3. Nesta etapa não haverá ordem de classificação, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.4. Os preços ofertados, tanto na fase do lançamento da proposta no sistema, quanto na sessão de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, e deverão:

5.4.1. ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com duas casas decimais após a vírgula.

5.4.2. incluir todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente do fornecedor, inclusive os custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos eventuais termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade no cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de cumprir o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para prestar o serviço em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição, quando for o caso.

5.7. O prazo de validade da proposta será de **90 (noventa)** dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital e seus anexos.

5.8. No cadastramento da proposta, o fornecedor deverá, também, assinalar em campo próprio do portal de compras, as seguintes declarações:

5.8.1. que manifesta ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concorda com suas condições, declara que a sua proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos, nos termos do art. 63, §1º, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1.988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo a atendo aos requisitos de habilitação neles estabelecidos.

5.8.2. que inexistente impedimento à sua habilitação, e comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade Contratante;

5.8.3. que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1.988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

5.8.4. a ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

5.8.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitação da Previdência Social, previstas em lei nos termos do art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991 e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

5.8.6. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras;

5.8.7. No caso de fornecedor beneficiário (ME/EPP/Equiparadas) indicado no caput do art. 3º do Decreto Estadual nº 47.437, de 2018, também deverá ser declarado:

5.8.7.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.7.2. que caso possua restrição no(s) documento(s) de regularidade fiscal, assume o compromisso de promover a regularização caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação.

5.8.8. No caso de profissionais organizados sob a forma de cooperativa:

5.8.8.1. Que participa da licitação sob a forma de cooperativa e atende ao disposto no art. 16 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

5.9. A falsidade das declarações mencionadas no item anterior sujeitará o licitante às sanções dispostas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de outras penalidades aplicáveis.

5.10. Os fornecedores estabelecidos no Estado de Minas Gerais **que usufruem do benefício de isenção do ICMS**, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 48.589, de 2023, deverão informar na(s) proposta(s) que será(ão) encaminhada(s) no Portal de Compras, o(s) preço(s) resultante(s) da dedução do ICMS, conforme Resolução Conjunta SEPLAG/SEF nº 3.458, de 2003 e alterações.

5.10.1. As fases de classificação das propostas, etapa de lances, o julgamento dos preços, a adjudicação e a homologação serão realizadas a partir dos preços dos quais foram deduzidos os valores relativos ao ICMS.

5.10.2. O disposto nos subitens 5.10 e 5.10.1 não se aplica aos contribuintes mineiros optantes pelo regime do Simples Nacional.

5.11. As informações da(s) proposta(s) comercial(is) encaminhada(s) pelo sistema podem ser alteradas pelo fornecedor até a data e horário marcados para a abertura da sessão.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA ETAPA DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data e horário indicados neste Edital.

6.2. Iniciada a fase competitiva, observado o modo de disputa adotado no edital, os licitantes poderão encaminhar lances públicos e sucessivos exclusivamente por meio do [Portal de Compras MG](#).

6.3. O licitante será imediatamente informado do recebimento do seu lance e do valor consignado no registro.

6.4. O lance deverá ser ofertado pelo VALOR GLOBAL para ambos os LOTE.

- 6.4.1. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado, observado o intervalo mínimo de diferença entre os lances, estes que incidirão tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 6.4.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de: **R\$ 100,00 (cem reais) para ambos os lotes.**
- 6.5. Os lances serão ordenados pelo sistema e divulgados em ordem crescente;
- 6.6. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.7. No modo de disputa aberto e fechado, a etapa de envio de lances terá duração de 15 minutos
- 6.7.1. Encerrado o prazo acima disposto, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- 6.7.2. Após a etapa prevista no item anterior, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto e os autores das ofertas subsequentes com valores ou percentuais até 10% superiores ou inferiores àquela, conforme o critério adotado, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.7.3. Na hipótese prevista no item anterior, o licitante poderá optar por não ofertar nenhum lance no sistema, ou optar por ofertar valor ou percentual melhor, conforme o critério de julgamento.
- 6.7.4. Na hipótese de haver duas ou menos propostas nas condições de que trata o item 6.7.2 serão convocados, na ordem de classificação, os autores dos três melhores lances subsequentes para oferecer um lance final e fechado nas mesmas circunstâncias.
- 6.7.5. Encerrado o prazo estabelecido nos itens 6.7.1 e 6.7.2, o sistema ordenará os lances.
- 6.8. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados em tempo real do valor do melhor lance registrado, bem como todas as mensagens trocadas no “chat” do sistema, sendo vedada a identificação do licitante.
- 6.9. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 6.10. Quando a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a 10 minutos para a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa, após a finalização do envio dos lances, e reiniciada somente decorridas 24 horas após a comunicação do fato aos participantes no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.11. Do empate ficto**
- 6.11.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação junto ao CAGEF do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 47.437/2018.
- 6.11.2. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.11.2.1. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.11.2.2. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.11.2.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.12. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 6.12.1. Na hipótese de ainda persistir o empate, haverá sorteio pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 6.12.2. As regras previstas neste subitem não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 6.13. As regras de desempate não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de

7. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

7.1. Encerrada a fase de lances, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura compra, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

CONSULTA AOS CADASTROS	FORNECEDOR PESSOA JURÍDICA - CNPJ	FORNECEDOR PESSOA FÍSICA - CPF	SÓCIO MAJORITÁRIO* - CPF ou CNPJ
CADIN – Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais acessível pelo site http://consultapublica.fazenda.mg.gov.br/ConsultaPublicaCADIN/consultaSituacaoPublica.do ;	SIM	SIM	NÃO
CAGEF/CAFIMP – Cadastro de Fornecedores Impedidos acessível pelo site https://www.cagef.mg.gov.br/fornecedor-web/br/gov/prodemge/seplag/fornecedor/publico/index.zul	SIM	SIM	NÃO
Consulta da situação eleitoral, acessível pelo site https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/titulo-e-local-de-votacao/copy_of_consulta-por-nome	NÃO	SIM	NÃO
Certidão de Licitantes Inidôneos TCU, acessível pelo site https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:111970551082228:::P3_TIPO:CPF	NÃO (Consultas já integram a certidão consolidada do TCU)	SIM	NÃO
Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) mantidos pela Controladoria-Geral da União (CGU), acessível pelo site https://certidoes.cgu.gov.br/		SIM	NÃO
Consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), acessível pelo site https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form .		SIM	SIM
Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (Integra 4 certidões: (1) Licitantes Inidôneos, (2) CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, (3) CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e (4) CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas . Acesso disponível no site https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/	SIM	NÃO	NÃO
Nota: * A consulta ao cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) será realizada em nome do fornecedor melhor classificado e, também, de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.			

7.2. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.2.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

7.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado desclassificado, por falta de condição de participação.

7.3. Verificadas as condições de participação, a Administração examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.3.1. O licitante classificado em primeiro lugar deverá enviar a proposta ajustada ao último lance ofertado ou, quando não ocorrerem lances, contendo o(s) preço(s) inicialmente ofertado(s), e, se necessário, documentos complementares, no prazo de **mínimo 2 horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

7.3.1.1. A prorrogação de que trata o item acima poderá ocorrer nas seguintes situações:

7.3.1.1.1. por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro;

7.3.1.1.2. de ofício, a critério do Pregoeiro, quando o substituir, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade de que trata o item 8.1.

7.3.1.2. O fornecedor deverá realizar o upload sua proposta comercial ajustada ao seu último valor ofertado, conforme modelo constante no Anexo II - Proposta Comercial.

7.3.1.2.1. Os arquivos referentes à proposta comercial deverão ser assinados eletronicamente.

7.3.1.2.2. Para assinatura eletrônica, poderá ser utilizado o Portal de Assinatura Digital disponibilizado pelo Governo de Minas Gerais, de acesso gratuito, disponível em: <http://www.portaldeassinaturas.mg.gov.br>. Dúvidas com relação à utilização do Portal de Assinaturas Digital podem ser encaminhadas para o e-mail compras3rpm@pmmg.mg.gov.br. A realização da assinatura digital importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica, tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas e das informações prestadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.

7.3.1.2.2.1. Caso a proposta e os documentos que a acompanham sejam assinados por mandatário, deverão ser encaminhados, também a procuração e cópia da carteira de identidade do mandatário subscritor.

7.3.1.3. O fornecedor mineiro, não optante pelo Simples Nacional, deverá:

7.3.1.3.1.1. informar na proposta comercial o preço resultante da dedução do ICMS e o preço com ICMS.

7.3.1.3.1.2. anexar à sua proposta comercial, a ficha de inscrição estadual, na qual conste a opção pelo Simples Nacional, podendo o responsável pelo procedimento, na sua falta, consultar a opção por este regime através do site: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/>.

7.4. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita da área técnica especializada no objeto.

7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.5.1. conter vícios insanáveis;

7.5.2. descumprir as especificações técnicas pormenorizadas contidas neste Edital, no Termo de Referência e anexos;

7.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e/ou

7.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital e/ou do Termo de Referência e anexos, desde que insanáveis.

7.5.6. Considera-se indício de inexecuibilidade a proposta que apresentar valores inferiores a 50% do valor orçado pela Administração.

7.5.6.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, somente será identificada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.5.6.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

7.5.6.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.5.7. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, deverão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.6. Definido o resultado do julgamento, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, exclusivamente por meio do Portal de Compras MG e de forma pública e transparente. O valor resultante da negociação deverá ser registrado no Portal de Compras MG.

7.6.1. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, nos termos do item 7.6, respeitada a ordem de classificação, ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos neste edital.

7.6.2. Concluída a negociação, o resultado será registrado na ata da sessão pública, que deverá ser anexada aos autos do processo de contratação.

7.6.3. Estando o preço compatível, o licitante deverá enviar a proposta ajustada ao último valor ofertado na negociação, e, se necessário, os documentos complementares, no prazo de mínimo de **02 (duas) horas**, contado da solicitação do Pregoeiro no sistema.

7.8. Erros ou falhas no preenchimento da proposta não constituem motivo para a desclassificação. A proposta poderá ser ajustada

pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.10. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.11. O licitante poderá ser convocado para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade de diligência disponível no sistema, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.11.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação, destacam-se os que contenham as características do bem ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12. Da apresentação de amostras/Prova de Conceito:

7.12.1. Não haverá apresentação de amostras/prova de conceito no presente certame.

7.12.8. Encerrada a análise quanto ao julgamento e aceitabilidade da proposta, o responsável pelo procedimento realizará a verificação da habilitação do licitante classificado em primeiro lugar.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. A verificação dos documentos será realizada por meio de consulta ao Cagef, nos documentos por ele abrangidos, assegurado aos demais participantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.

8.2. O licitante deverá manter atualizadas as comprovações constantes do CRC para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.

8.3. Havendo a necessidade de envio de documentos complementares aos já apresentados para a habilitação, na forma estabelecida no subitem 8.1, ou de documentos não constantes do Cagef, o fornecedor melhor classificado será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema.

8.4. Nas hipóteses de exigência de apresentação de documentos de habilitação após a data de recebimentos das propostas, durante a sessão pública, os documentos deverão ser apresentados quando solicitados pelo Pregoeiro em formato digital no sistema eletrônico, por upload, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, observadas as hipóteses elencadas no item 7.3.1.1 deste Edital.

8.4.1. A não regularização dos documentos constantes do CRC no prazo do subitem anterior implicará a inabilitação do licitante, salvo se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

8.5. Após a apresentação dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.5.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

8.5.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.6.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.6.2. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.7. Aos beneficiários listados no item 4.3 será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para regularização da documentação fiscal e/ou trabalhista, contado a partir da divulgação da análise dos documentos de habilitação do licitante melhor classificado, conforme disposto no inciso I, do § 2º, do art. 6º do Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018.

8.7.1. A não regularização da documentação no prazo deste item implicará a inabilitação do licitante vencedor, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma

restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.7.2. Se houver a necessidade de abertura do prazo para o beneficiário regularizar sua documentação fiscal e/ou trabalhista, o pregoeiro deverá suspender a sessão de pregão para o lote específico e registrar no “chat” que todos os presentes ficam, desde logo, intimados a comparecer no dia e horário informados no site www.compras.mg.gov.br para a retomada da sessão de pregão do lote em referência.

8.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes cuja análise foi realizada pelo pregoeiro, depois de definido o resultado do seu julgamento.

8.9. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação, observado o disposto na [Lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002](#).

8.9.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas aos saneamentos de que trata o item acima, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio com, no mínimo, 24 horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas por meio de documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.10.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.11. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

8.13. Constatado o pleno atendimento às exigências deste instrumento convocatório, o licitante será habilitado.

9. DOS RECURSOS

9.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

9.1.1. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 dias úteis, contados a partir da notificação acerca da conclusão do juízo de admissibilidade relativo às manifestações de intenção de recorrer, realizado pelo Pregoeiro.

9.1.2. O juízo de admissibilidade referido no item 9.1.1 será realizado após a etapa de manifestação de intenção de recorrer de que trata o item 9.1, ao final da etapa de habilitação.

9.1.3. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

9.1.4. A apresentação de documentos complementares, em caso de indisponibilidade ou inviabilidade técnica ou material da via eletrônica, devidamente identificados, relativos aos recursos interpostos ou contrarrazões, se houver, será efetuada mediante envio para o e-mail compras3rpm@pmmg.mg.gov.br e identificados com os dados da empresa licitante e do processo licitatório (nº. do processo e lote), observado o prazo previsto no item 9.1.

9.1.5. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentarem suas contrarrazões, no prazo de 3 dias úteis, contados da data final do prazo do recorrente, pelas mesmas formas de apresentação do recurso.

9.1.6. Será assegurada ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.1.7. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

9.1.8. Na ausência de registro de manifestação de intenção de recorrer pelos licitantes, fica a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

10. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

10.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório pelos critérios e na forma de que trata o Decreto Estadual nº 48.723/2023 por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

10.2. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados (art. 71, § 3º, Lei 14.133/21).

10.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

10.4. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

10.5. Caberá recurso no prazo de 3 dias úteis contados a partir da data da anulação ou revogação da licitação, observado, no que couber, o disposto nos arts. 165 e 168 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.6. Na hipótese da ilegalidade de que trata o item 10.1 ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.1. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.1.2. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), quadro de avisos e também por e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.1.3. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no CAGEF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

12.1.1. determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

12.1.2. revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

12.1.3. proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

12.1.4. adjudicar o objeto e homologar a licitação.

12.2. Ao homologar o procedimento, as informações serão enviadas ao PNCP automaticamente, e ficarão disponíveis para consulta no Portal de Compras.

12.2.1. A ata ficará disponível no Portal de Compras, bem como será apensada aos autos do processo de contratação.

13. DA CONTRATAÇÃO

13.1. Após a homologação, caso se conclua pela contratação, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 05 dias úteis a contar do recebimento da comunicação, que se dará através do sistema do Portal de Compras/MG, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções dispostas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e outras penalidades aplicáveis.

13.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

13.1.2. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente decorrentes deste Edital, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

13.1.3. O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições de habilitação para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato ou do instrumento equivalente.

13.1.4. Será facultado à Administração, quando o convocado não apresentar situação regular no momento de assinar o contrato, não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato ou retirada do instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor.

13.1.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 13.1.4, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

13.1.5.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

13.1.5.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem

classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13.1.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou da entidade promotora da licitação.

13.1.7. A regra do item 13.1.6 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do item 13.1.5.1.

13.1.8. O aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

13.1.8.1. O instrumento equivalente está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

13.1.8.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital e seus anexos;

13.1.9. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e concordam com os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma lei.

13.1.10. O prazo de vigência da contratação encontra-se previsto no Anexo I - Termo de Referência.

13.1.11. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

13.1.12. O instrumento de contratação, e demais atos firmados com a Administração, serão assinados de maneira eletrônica, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações do Governo do Estado de Minas Gerais - SEI/MG.

13.1.12.1. Para a assinatura eletrônica, caso ainda não possua cadastro, o(s) licitante(s) interessado(s) deverá (ão) acessar o Sistema Eletrônico de Informações do Governo do Estado de Minas Gerais - SEI/MG, por meio do link www.sei.mg.gov.br/usuarioexterno, e clicar em "Clique aqui se você ainda não está cadastrado".

13.1.12.2. Dúvidas com relação ao cadastro no SEI podem ser encaminhadas para o e-mail compras3rpm@pmmg.mg.gov.br.

13.1.12.3. A realização do cadastro como Usuário Externo no SEI/MG importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Decreto Estadual nº 47.222, de 26 de julho de 2017, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login/senha), tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas e das informações prestadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Conforme Termo de Referência.

15. DA GARANTIA FINANCEIRA DA EXECUÇÃO

15.1. Conforme Termo de Referência.

16. DO PAGAMENTO

16.1. As condições de pagamento estão estabelecidas no Anexo I, Termo de Referência.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. As sanções administrativas incidentes estão estabelecidas no Anexo I, Termo de Referência.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após encaminhamento da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento.

18.2. O procedimento será divulgado no Portal de Compras MG e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

18.3. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

18.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, e consideram-se os dias úteis. Só se iniciam e expiram os prazos em dia de expediente na Administração.

18.5. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos licitantes, cujo prazo não conste deste Edital, deverá ser atendido o prazo indicado pelo Pregoeiro na respectiva notificação.

18.6. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

18.7. O objeto desta licitação deverá ser executado em conformidade com o Anexo I - Termo de Referência, correndo por conta da CONTRATADA as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto da contratação.

18.8. As normas disciplinadoras deste Edital serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da compra.

18.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado deste certame.

18.10. O fornecedor contratado será constantemente avaliado em termos de suas entregas.

18.11. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

18.12. Fica eleito o foro da Comarca de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

18.13. Os interessados poderão examinar ou retirar gratuitamente o presente Edital de Licitação e seus anexos no site www.compras.mg.gov.br.

18.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO DE EDITAL I - TERMO DE REFERÊNCIA.

ANEXO DE EDITAL II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE BEM.

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÕES

SILVIO LUIS TEIXEIRA MENDES, TEN CEL PM
ORDENADOR DE DESPESAS DA 3ª RPM



Documento assinado eletronicamente por **Silvio Luis Teixeira Mendes, Tenente Coronel PM**, em 14/11/2024, às 10:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **98963512** e o código CRC **BD973310**.

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA COMPRA DE BENS

DATA	ÓRGÃO SOLICITANTE/ENTIDADE	NÚMERO DA UNIDADE DE COMPRA
01/10/2024	Polícia Militar do Estado de Minas Gerais / 3ª RPM	1259759

RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO	UNIDADE
Nome: ANDERSON MAURICIO COELHO, TEN CEL E-mail: compras3rpm@pmmg.mg.gov.br.	EM / 3ª RPM



SUMÁRIO



1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA COMPRA
2. FUNDAMENTAÇÃO DA AQUISIÇÃO
3. REQUISITOS DA AQUISIÇÃO
4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO
6. MODELO DE GESTÃO DA AQUISIÇÃO
7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR
8. HABILITAÇÃO
9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES
10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
11. ESTIMATIVA DO VALOR DA COMPRA
12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA





1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA COMPRA






1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de materiais de academia de musculação e crossfit para atender as necessidades da 3ª Cia PM Ind PE (GER 3ª RPM), sob a forma de entrega integral, nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste documento:








LOTE 1- EQUIPAMENTOS PARA ACADEMIA DE MUSCULAÇÃO	Item	Especificação	Imagem	Cód. SIAD	Quantidade	Unidade de aquisição	Valor unitário	Valor total
--	------	---------------	--------	--------------	------------	----------------------------	-------------------	-------------









1	Cross Over	<p>ESTRUTURA: Equipamento produzido com aço carbono de 2.00mm em regiões sem tração e com aço carbono 3.00mm em regiões com tração; CÚPULA SUPERIOR: Peça em poliestireno de alto impacto, produzidas em máquinas de vaccun forming na espessura de 5mm. Plástico com proteção UV, texturizado e com brilho mecânico; CARENAGEM: Carenagem de chapa 20 em aço carbono; GUIAS DE PESO: Guias de peso em tubos de aço inoxidável 3/4" com rolamento linear drylin de 20mm; ACABAMENTOS: Acabamentos em alumínio e borracha com alta resistência e pressão.</p>		1687310	1	Unidade	R\$ 14.500,00	R\$ 14.500,00
2	Banco Supino Regulável	<p>ESTRUTURA: Equipamento produzido com aço carbono de 2.00mm em regiões sem tração e com aço carbono 3.00mm em regiões com tração; ACABAMENTOS: Acabamentos em alumínio e borracha com alta resistência e pressão; ESTOFADO: Espuma ecológica desenvolvida e produzida internamente para melhor desempenho e durabilidade em equipamentos fitness. Courvin com espessura de 1mm com tratamento anti-mofo e desenvolvido com a resistência exigida para uso esportivo; SISTEMA DO BANCO: Guias lineares de 25mm em aço redondo trefilado 1045 retificado e induzido com 4 rolamentos de 25mm com capacidade de carga de até 1.2 tonelada; ANILHEIROS: Anilheiros 340mm em aço redondo trefilado 1.1/8" 1045 galvanizados.</p>		1628798	1	Unidade	R\$8.265,00	R\$8.265,00



3	Banco Livre Regulável	<p>ESTRUTURA: Equipamento produzido com aço carbono de 2.00mm em regiões sem tração e com aço carbono 3.00mm em regiões com tração;</p> <p>ACABAMENTOS: Acabamentos em alumínio e borracha com alta resistência e pressão;</p> <p>ESTOFADO: Espuma ecológica desenvolvida e produzida internamente para melhor desempenho e durabilidade em equipamentos fitness. Courvin com espessura de 1mm com tratamento anti-mofo e desenvolvido com a resistência exigida para uso esportivo.</p>		1786814	1	Unidade	R\$3.260,00	R\$3.260,00
4	Pulley com remada	<p>ESTRUTURA: Equipamento produzido com aço carbono de 2.00mm em regiões sem tração e com aço carbono 3.00mm em regiões com tração; CÚPULA SUPERIOR: peça em poliestireno de alto impacto, produzidas em máquinas de vaccun forming na espessura de 5mm. Plástico com proteção UV, texturizado e com brilho mecânico;</p> <p>CARENAGEM: Carenagem de chapa 20 em aço carbono; GUIAS DE PESO: guias de peso em tubos de aço inoxidável 3/4" com rolamento linear drylin de 20mm;</p> <p>ACABAMENTOS: Acabamentos em alumínio e borracha com alta resistência e pressão;</p> <p>ESTOFADO: Espuma ecológica desenvolvida e produzida internamente para melhor desempenho e durabilidade em equipamentos fitness. Courvin com espessura de 1mm com tratamento anti-mofo e desenvolvido com a resistência exigida para uso esportivo.</p>		1563661	1	Unidade	R\$ 11.990,00	R\$ 11.990,00



5	Suporte para agachamento	<p>ESTRUTURA: Equipamento produzido com aço carbono de 2.00mm em regiões sem tração e com aço carbono 3.00mm em regiões com tração;</p> <p>ACABAMENTOS: Acabamentos em alumínio e borracha com alta resistência e pressão;</p> <p>ANILHEIROS: Anilheiros 340mm em aço redondo trefilado 1.1/8" 1045 galvanizados.</p>		1369636	1	Unidade	R\$ 4.890,00	R\$ 4.890,00
6	Barra guiada	<p>Tubo de 4" polegadas</p> <p>Pintura eletrostática Industrial na cor preta</p> <p>Medidas Aproximadas: Comprimento (cm): 250; Largura (cm): 131; Altura (cm): 242,5; Área Ocupada (m²): 3,28; Peso do equipamento (Kg): 280; Carga máxima (Kg): 300</p>		691402	1	Unidade	R\$ 10.300,00	R\$ 10.300,00
7	Leg Press 45°	<p>ESTRUTURA: Equipamento produzido com aço carbono de 2.00mm em regiões sem tração e com aço carbono 3.00mm em regiões com tração;</p> <p>ACABAMENTOS: Acabamentos em alumínio e borracha com alta resistência e pressão;</p> <p>ESTOFADO: Espuma ecológica desenvolvida e produzida internamente para melhor desempenho e durabilidade em equipamentos fitness. Courvin com espessura de 1mm com tratamento anti-mofo e desenvolvido com a resistência exigida para uso esportivo;</p> <p>SISTEMA DO CARRINHO: Guias lineares de 30mm em aço redondo trefilado 1045 retificado e induzido com 4 rolamentos de 30mm com capacidade de carga de até 1.2 toneladas;</p> <p>ANILHEIROS: Anilheiros de 1500mm, 800mm e 370mm em aço redondo trefilado 1.1/8" 1045 galvanizados.</p>		1730657	1	Unidade	R\$ 13.000,00	R\$ 13.000,00
8	Mesa Flexa Extensora	<p>ESTRUTURA: metalon 80x80 e 80x40;</p> <p>ESPESSURA MINIMA: 2,0mm;</p> <p>BANCO: anatomicos;</p> <p>MEDIDAS: 200cm(alt)x 150cm(larg)x 200cm(prof)</p>		1565427	1	Unidade	R\$ 8.758,00	R\$ 8.758,00

9	Remada Articulada	<p>ESTRUTURA: Equipamento produzido com aço carbono de 2.00mm em regiões sem tração e com aço carbono 3.00mm em regiões com tração;</p> <p>ACABAMENTOS: Acabamentos em alumínio e borracha com alta resistência e pressão;</p> <p>ACABAMENTOS: Acabamentos em alumínio e borracha com alta resistência e pressão;</p> <p>ANILHEIROS: Anilheiros 340mm em aço redondo treilhado 1.1/8" 1045 galvanizados.</p>		991759	1	Unidade	R\$ 6.600,00	R\$ 6.600,00
10	Banco para Rosca Scott	<p>ESTRUTURA: Equipamento produzido com aço carbono de 2.00mm em regiões sem tração e com aço carbono 3.00mm em regiões com tração;</p> <p>ACABAMENTOS: Acabamentos em alumínio e borracha com alta resistência e pressão;</p> <p>ESTOFADO: Espuma ecológica desenvolvida e produzida internamente para melhor desempenho e durabilidade em equipamentos fitness. Courvin com espessura de 1mm com tratamento anti-mofo e desenvolvido com a resistência exigida para uso esportivo</p>		1564250	1	Unidade	R\$ 3.600,00	R\$ 3.600,00
11	Barra Reta 2,00m Cromada	<p>Dimensoes: 2m (Espaço para as anilhas de 25cm e espaço interno ou "pegada" de 150 cm);</p> <p>Diametro: 1-1/8(28mm);</p> <p>Confeccionada em aço carbono 1020 com acabamento cromado.</p>		1914650	3	Unidade	R\$ 390,00	R\$ 1.170,00
12	Barra W 1,20m Cromada	<p>Barra W Cromada Maciça 120cm; Detalhes texturizados oferecem aderência e estabilidade manual durante as atividades;</p> <p>Material: aço</p>		1241036	1	Unidade	R\$ 297,00	R\$ 297,00
13	Halter Emborrachado 1kg	<p>Material do produto: Ferro fundido;</p> <p>Revestimento do produto: Borracha.</p>		703672	1	Par		












14	Halter Emborrachado 2kg	Material do produto: Ferro fundido; Revestimento do produto: Borracha.		703680	1	Par	R\$ 3.020,00	R\$ 3.020,00
15	Halter Emborrachado 3kg	Material do produto: Ferro fundido; Revestimento do produto: Borracha.		958298	1	Par		
16	Halter Emborrachado 4kg	Material do produto: Ferro fundido; Revestimeto do produto: Borracha.		958328	1	Par		
17	Halter Emborrachado 5kg	Material do produto: Ferro fundido; Revestimeto do produto: Borracha.		958344	1	Par		
18	Halter Emborrachado 6kg	Material do produto: Ferro fundido; Revestimento do produto: Borracha.		958352	1	Par		
19	Halter Emborrachado 7kg	Material do produto: Ferro fundido; Revestimento do produto: Borracha.		1794906	1	Par		
20	Halter Emborrachado 8kg	Material do produto: Ferro fundido; Revestimento do produto: Borracha.		1794914	1	Par		

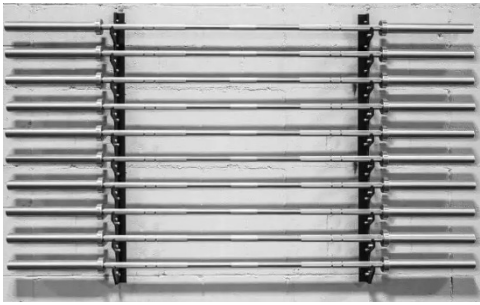




21	Halter Emborrachado 9kg	Material do produto: Ferro fundido; Revestimento do produto: Borracha.		1794922	1	Par		
22	Halter Emborrachado 10 kg	Material do produto: Ferro fundido; Revestimento do produto: Borracha.		1794930	1	Par		
23	Kit Halter Emborrachado (12 kg, 14kg, 16kg, 18 kg, 20 kg, 22 kg, 24 kg, 26 kg, 28 kg, 30 kg)	Material do produto: Ferro fundido; Revestimento do produto: Borracha.		1000659	1	Par	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00
24	Anilha Dúcil 3kg	Material do produto: Ferro fundido; Revestimento do produto: Borracha.		1341928	10	Unidade	R\$ 72,00	R\$ 720,00
25	Anilha Dúcil 05kg	Material do produto: Ferro fundido; Revestimento do produto: Borracha.		1341910	8	Unidade	R\$ 120,00	R\$ 960,00
26	Anilha Dúcil 10kg	Material do produto: Ferro fundido; Revestimento do produto: Borracha.		1795155	14	Unidade	R\$ 240,00	R\$ 3.360,00
27	Anilha Dúcil 15kg	Material do produto: Ferro fundido; Revestimento do produto: Borracha.		1795163	10	Unidade	R\$ 360,00	R\$ 3.600,00
28	Anilha Dúcil 20kg	Material do produto: Ferro fundido; Revestimento do produto: Borracha.		1795368	6	Unidade	R\$ 480,00	R\$2.880,00

29	Ventilador de parede	Ventilador oscilante de parede; cor preta; grade de aço; bívolt; hélice com 3 pás; protetor térmico; motor com 2 rolamentos; Altura: 60cm; Largura: 60cm; Comprimento: 35cm; Área de Ventilação: 40 m²; Tipo de fonte de energia: Elétrico com fio; Etiqueta Nacional de Eficiência Energética (ENCE): B		1633473	4	Unidade	R\$ 318,62	R\$ 1.274,50
30	Climatizador	Climatizador de ar, industrial - fluxo ar: 5.780 m³/h; potencia: 410w; rotacao: 12000m³/h; nível de ruído: 71 db; tensão: 220v/60hz		1967320	2	Unidade	R\$ 1.957,73	R\$ 3.915,46
							VALOR TOTAL	R\$ 118.359,96








LOTE 2 - EQUIPAMENTOS PARA ACADEMIA DE CROSS TRAINING				Cód. SIAD	Quantidade	Unidade de aquisição	Valor unitário	Valor Total
1	Barra Olímpica Masculina 20KG	Confeccionada em aço maciço com embuchamento em bronze, que proporciona maior durabilidade ao produto. Não possui solda nas pontas e tem a resistência necessária para suportar a alta carga e constância dos treinos. Descrição técnica: Peso: 20kg; Medida: 2,20m; Diâmetro Da Pegada: 28,5mm; Embuchamento: buchas em bronze; Recartilho: Suave; Tratamento: Cromo; Carga máxima: 450kg.		1778900	15	Unidade	R\$ 1.250,00	R\$ 18.750,00
2	Barra Olímpica Feminina 15KG	Produzida em aço maciço com embuchamento em bronze. Não possui solda nas pontas e conta com a resistência necessária para suportar a alta carga e repetições dos treinos. Descrição técnica: Peso: 15kg Medida: 2m Diâmetro Da Pegada: 25mm Embuchamento: buchas em bronze Tratamento: Cromo Carga máxima: 450kg		1778889	5	Unidade	R\$ 1.150,00	R\$ 5.750,00

3	Anilhas de 20KG de borracha vulcanizada com anel de inox	Anilhas olímpicas de borracha vulcanizada com anel de inox, desenvolvidas para levantamento de peso. São versáteis, com alta absorção de impacto e excelente durabilidade.		1970810	10	Unidade	R\$ 589,90	R\$ 5.899,00
4	Anilhas de 15KG de borracha vulcanizada com anel de inox	Anilhas olímpicas de borracha vulcanizada com anel de inox, desenvolvidas para levantamento de peso. São versáteis, com alta absorção de impacto e excelente durabilidade.		1970828	16	Unidade	R\$ 448,50	R\$ 7.176,00
5	Anilhas de 10KG de borracha vulcanizada com anel de inox	Anilhas olímpicas de borracha vulcanizada com anel de inox, desenvolvidas para levantamento de peso. São versáteis, com alta absorção de impacto e excelente durabilidade.		1970836	20	Unidade	R\$ 299,90	R\$ 5.998,00
6	Anilhas de 05KG de borracha vulcanizada com anel de inox	Anilhas olímpicas de borracha vulcanizada com anel de inox, desenvolvidas para levantamento de peso. São versáteis, com alta absorção de impacto e excelente durabilidade.		1970844	20	Unidade	R\$ 150,00	R\$ 3.000,00
7	Anilhas de 03KG	Anilha Pequena Bumper; Matéria-prima: ferro fundido.		453080	8	Unidade	R\$ 81,00	R\$ 648,00
8	Dumbbell Sextavado 06 kg	Dumbbell Sextavado Injetado com Pegada Cromada 6kg		1970852	1	Par	R\$ 261,00	R\$ 261,00
9	Dumbbell Sextavado 08 kg	Dumbbell Sextavado Injetado com Pegada Cromada 8kg		1970909	1	Par	R\$ 348,80	R\$ 348,80





10	Dumbbell Sextavado 10 kg	Dumbbell Sextavado Injetado com Pegada Cromada 10kg		1971344	1	Par	R\$ 303,20	R\$ 303,20
11	Dumbbell Sextavado 12 kg	Dumbbell Sextavado Injetado com Pegada Cromada 12kg		1971352	1	Par	R\$ 700,00	R\$ 700,00
12	Dumbbell Sextavado 14 kg	Dumbbell Sextavado Injetado com Pegada Cromada 14kg		1971360	1	Par	R\$ 700,00	R\$ 700,00
13	Dumbbell Sextavado 16 kg	Dumbbell Sextavado Injetado com Pegada Cromada 16kg		1971379	1	Par	R\$ 800,00	R\$ 800,00
14	Dumbbell Sextavado 18 kg	Dumbbell Sextavado Injetado com Pegada Cromada 18kg		1971387	1	Par	R\$ 850,00	R\$ 850,00
15	Dumbbell Sextavado 20 kg	Dumbbell Sextavado Injetado com Pegada Cromada 20kg		1971417	1	Par	R\$ 900,00	R\$ 900,00
16	Dumbbell Sextavado 22 kg	Dumbbell Sextavado Injetado com Pegada Cromada 22kg		1971395	1	Par	R\$ 914,40	R\$ 914,40
17	Dumbbell Sextavado 24 kg	Dumbbell Sextavado Injetado com Pegada Cromada 24kg		1971409	1	Par	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
18	Dumbbell Sextavado 26 kg	Dumbbell Sextavado Injetado com Pegada Cromada 26kg		1971425	1	Par	R\$ 1.100,00	R\$ 1.100,00
19	Dumbbell Sextavado 28 kg	Dumbbell Sextavado Injetado com Pegada Cromada 28kg		1971433	1	Par	R\$ 1.006,00	R\$ 1.006,00
20	Dumbbell Sextavado 30 kg	Dumbbell Sextavado Injetado com Pegada Cromada 30kg		1971441	1	Par	R\$ 1.150,00	R\$ 1.150,00

21	Suporte de parede para barras olímpicas	Suporte de Parede para 10 Barras Olímpicas		1751581	2	Unidade	R\$ 339,00	R\$ 678,00
22	Kettlebell 8kg em ferro fundido	Produzido em ferro fundido e pintado; SEM REVESTIMENTO DE BORRACHA; proporciona a realização de diversos movimentos nos treinos de funcional, Crossfit e CrossTraining. Além disso, reduz o potencial de lesão e permite maior eficiência na produção de força muscular.		1971654	2	Unidade	R\$ 142,80	R\$ 285,60
23	Kettlebell 10kg em ferro fundido	Produzido em ferro fundido e pintado; SEM REVESTIMENTO DE BORRACHA; proporciona a realização de diversos movimentos nos treinos de funcional, Crossfit e CrossTraining. Além disso, reduz o potencial de lesão e permite maior eficiência na produção de força muscular.		1436503	2	Unidade	R\$ 176,40	R\$ 352,80
24	Kettlebell 12kg em ferro fundido	Produzido em ferro fundido e pintado; SEM REVESTIMENTO DE BORRACHA; proporciona a realização de diversos movimentos nos treinos de funcional, Crossfit e CrossTraining. Além disso, reduz o potencial de lesão e permite maior eficiência na produção de força muscular.		1778080	2	Unidade	R\$ 212,78	R\$ 425,56
25	Kettlebell 14kg em ferro fundido	Produzido em ferro fundido e pintado; SEM REVESTIMENTO DE BORRACHA; proporciona a realização de diversos movimentos nos treinos de funcional, Crossfit e CrossTraining. Além disso, reduz o potencial de lesão e permite maior eficiência na produção de força muscular.		1778099	3	Unidade	R\$ 247,26	R\$ 741,78

26	Kettlebell 16kg em ferro fundido	Produzido em ferro fundido e pintado; SEM REVESTIMENTO DE BORRACHA; proporciona a realização de diversos movimentos nos treinos de funcional, Crossfit e CrossTraining. Além disso, reduz o potencial de lesão e permite maior eficiência na produção de força muscular.		1778048	3	Unidade	R\$ 269,00	R\$ 807,00
27	Kettlebell 18kg em ferro fundido	Produzido em ferro fundido e pintado; SEM REVESTIMENTO DE BORRACHA; proporciona a realização de diversos movimentos nos treinos de funcional, Crossfit e CrossTraining. Além disso, reduz o potencial de lesão e permite maior eficiência na produção de força muscular.		1436511	3	Unidade	R\$ 392,40	R\$ 1.177,20
28	Kettlebell 20kg em ferro fundido	Produzido em ferro fundido e pintado; SEM REVESTIMENTO DE BORRACHA; proporciona a realização de diversos movimentos nos treinos de funcional, Crossfit e CrossTraining. Além disso, reduz o potencial de lesão e permite maior eficiência na produção de força muscular.		1778102	3	Unidade	R\$ 352,80	R\$ 1.058,40
29	Kettlebell 24kg em ferro fundido	Produzido em ferro fundido e pintado; SEM REVESTIMENTO DE BORRACHA; proporciona a realização de diversos movimentos nos treinos de funcional, Crossfit e CrossTraining. Além disso, reduz o potencial de lesão e permite maior eficiência na produção de força muscular.		1977989	2	Unidade	R\$ 422,90	R\$ 845,80
30	Kettlebell 28kg em ferro fundido	Produzido em ferro fundido e pintado; SEM REVESTIMENTO DE BORRACHA; proporciona a realização de diversos movimentos nos treinos de funcional, Crossfit e CrossTraining. Além disso, reduz o potencial de lesão e permite maior eficiência na produção de força muscular.		1977997	2	Unidade	R\$ 484,90	R\$ 969,80

31	Box Jump de compensado naval	Produzido em compensado naval de 15mm, reforçado, com travas internas para resistência do material e segurança do atleta. Dimensões: 60 cmX50 cmX 75 cm		1970933	10	Unidade	R\$ 539,90	R\$ 5.399,00
32	Rack de parede	Altura 2,30 m - Largura 1,10 m - Comprimento 1,00 m (de cada baia)		1970941	8	Unidade	R\$ 1371,02	R\$ 10.968,16
33	Suporte para corda	Ideal para a organização das Speed Rope e das Bands. Produzido em aço, com pintura eletrostática e solda MIG tornando um rack robusto e seguro com fixação na parede. Descrição técnica Medidas: 75x13x12cm		1970992	1	Unidade	R\$ 139,00	R\$ 139,00
34	Suporte para anilhas	Produzido em aço, com solda MIG, pintura eletrostática e ótima capacidade de armazenar o equipamento.		1956205	1	Unidade	R\$ 500,00	R\$ 500,00
35	Rack Wall Ball	Estante organizacional para Wall Ball. Ideal para otimização do box. Produzido em aço. Capacidade 24 medicine ball		21415	1	Unidade	R\$ 1.379,00	R\$ 1.379,00
36	Suporte dumbbell rack	Rack organizacional para 10 Dumbbells. Produzido em aço, com solda MIG tornando um rack robusto e seguro.		1714015	2	Unidade	R\$ 1.841,50	R\$ 3.683,00
37	Remo seco	Seu sistema de resistência pelo ar, proporciona uma performance superior do que os aparelhos tradicionais.		1871846	1	Unidade	R\$ 7.980,00	R\$7.980,00

38	Air bike	Utiliza a resistência gerada pelo movimento do ar.		1971000	1	Unidade	R\$ 7.800,00	R\$7.800,00
39	Sand bag	Bolsa de Treinamento Preto 20kg		1780557	1	Unidade	R\$ 290,00	R\$290,00
40	Kettlebell 22kg em ferro fundido	Produzido em ferro fundido e pintado; SEM REVESTIMENTO DE BORRACHA; proporciona a realização de diversos movimentos nos treinos de funcional, Crossfit e Cross Training. Além disso, reduz o potencial de lesão e permite maior eficiência na produção de força muscular.		1958410	3	Unidade	R\$ 479,60	R\$ 1438,80

41	Argolas olímpicas de madeira	Cada conjunto de argolas de madeira acompanha tiras de poliéster e sistema de fecho, permitindo ajustes fáceis, rápidos e seguros, além de possuir um anel de aço em seu interior. Especificações: 2 anéis de madeira de alta resistência, 2 tiras de nylon de fecho rápido; sendo a fita de poliéster com 3,6 cm x 4,45 cm (com regulagem); o fecho em alumínio industrial com alta precisão; Diâmetro da tubulação do anel 3,2 cm; Diâmetro externo do anel: 23,5 cm; Carga máxima de 2 toneladas.		1750739	10	unidade	R\$ 315,00	R\$ 3.150,00
42	Suporte Para Argola - Schackle - 60x60 - Preto	Oferece uma maneira simples e segura de pendurar e usar a c e s s ó r i o s e m s e u r a c k. Acompanha parafuso para fixação no rack e mosqueteão		1970950	8	Unidade	R\$ 83,75	R\$ 670,00
43	Relógio De Parede Timer Digital Led	Funções: horas e cronômetro Formato do horário: HH:MM:SS; Relógio: 12/24 horas; Cronômetro Regressivo: 99:59:59 para 00:00:00; Cronômetro Progressivo: 00:00:00 para 99:59:59; Alimentação: 110/220V		1886266	1	Unidade	R\$ 683,90	R\$683,90
44	Quadro branco	Confeccionado em fórmica branco brilhante. Medidas: 2,00cmX1,20 cm		1608258	1	Unidade	R\$ 799,86	R\$799,86
							Valor Total	R\$ 109.227,06

1.2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO OBJETO:

1.2.1. O fornecedor vencedor do presente certame realizará a devida instalação dos equipamentos que necessitarem de montagem especializada, sem nenhum custo para a Contratante.

1.2.2. A garantia deverá cobrir todos e quaisquer defeitos de fabricação, material e/ou do produto, quer sejam os defeitos aparentes ou ocultos. A empresa terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados após o recebimento da notificação para substituição do item defeituoso.

1.2.3. Não serão aceitos modelos de equipamentos utilizados em linhas predominantemente residenciais ou que tenham sua destinação exclusivamente para uso residencial. Os equipamentos devem ser destinados à utilização em grandes academias; entendendo-se para fim de resistência e durabilidade dos equipamentos/itens o uso comercial.

1.2.4. Os materiais fabricadas em ferro fundido, deverão ser fornecidos em pintura em cor predominante preta e acabamento com proteção contra oxidação. As anilhas devem possuir marcação da numeração referente ao seu respectivo peso, com vão para pegada para ser utilizada em diversos outros exercícios.

1.2.5. Os Aparelhos de musculação que incluem peso em sua estrutura e que não estejam especificados na tabela acima, deverão ser entregues com a carga mínima de 80 kg, bem como pinos seletores de peso magnético para evitar acidentes. Carenagens resistentes a alto impacto (Fechamento Parcial), e Solda MIG, garantindo qualidade e durabilidade.

1.2.6. O acabamento dos estofados nos aparelhos devem seguir a seguinte especificação: INJETADO ANATÔMICO DE ALTA DENSIDADE, COM REVESTIMENTO NA COR PRETA, ANTIFUNGOS DE USO NAVAL, LAVÁVEL e ANTIALÉRGICO.

1.2.7. Devido a variedade de equipamentos de baixa qualidade a venda no mercado, só serão aceitas propostas de equipamentos/materiais que possuem comprovado atendimento às especificações exigidas, mediante folder, link do fabricante, manual do equipamento/material ou outro meio oficial e legal do fabricante ou preposto deste, que comprovem todas as características do item da proposta em relação às especificações. NÃO SERÃO ACEITOS DOCUMENTOS PROATÓRIOS DAS ESPECIFICAÇÕES PRODUZIDOS PELO PRÓPRIO LICITANTE. O NÃO CUMPRIMENTO DESTES DISPOSITIVOS IMPLICARÁ NA IMEDIATA DESCLASSIFICAÇÃO DO LICITANTE.

1.2.8. As especificações contidas no termo de referência foram indicadas para balizar a qualidade dos itens solicitados, ficando as empresas concorrentes livres para ofertarem itens com especificações superiores, desde que, sejam atendidas todas as especificações em suas características mínimas.

1.2.9. No lote 2 as anilhas e as barras de encaixe constantes neste termo de referência devem ser entregues com diâmetro em padrão olímpico.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA AQUISIÇÃO

2.1. Seguindo diretrizes do Comando, a Instituição busca constantemente atender a sociedade mineira com excelência. Dessa forma, as unidades da corporação devem oferecer aos militares condições estruturais que contribuam para a qualidade do trabalho, uma vez que a natureza militar das atividades rotineiras da instituição exigem do policial higidez física e treinamento constante, com o fito de aprimorar e melhorar sua capacidade laboral. É sabido que a atividade física é primordial também para a saúde mental do servidor, contribuindo assim para redução dos níveis de estresse diário, próprio da execução das atividades e ainda contribui para a redução do índice de absenteísmo reduz o absenteísmo da tropa, pois a atividade de musculação proporciona o fortalecimento muscular e é fundamental para prevenção de lesões diversas. Como forma de reconhecimento aos serviços prestados pelos militares, o Memorando de Nº 600066.1/2024 – EMPM (94493201) destinou recurso oriundo de Emenda Parlamentar para aquisição de aparelhos e equipamentos para a academia de musculação e cross training instalada na sede da 3ª Cia PM Ind PE (Ger 3ª RPM). Para atender a sociedade de forma satisfatória o Policial Militar precisa de alguns atributos indispensáveis, dentre eles o condicionamento físico condizente com as exigências das demandas operacionais. Dessa forma, a aquisição dos materiais para a academia de musculação e cross training irão proporcionar melhores condições de trabalho para os militares da Unidade e contribuirão para a excelência dos serviços prestados à sociedade.

2.2. As presentes ações buscam atender o Objetivo Estratégico de "Melhorar o bem estar e a qualidade de vida dos militares e servidores civis", conforme preconizado no Plano Estratégico 2024-2027 (SEPARATA DO BGPM Nº 93, de 19 de dezembro de 2023).

3. REQUISITOS DA AQUISIÇÃO

3.1. Da Participação de Consórcios

3.1.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os bens de forma independente;

3.2. Da Subcontratação

3.2.1. Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto;

3.3. Da Sustentabilidade

3.3.1. Os critérios de sustentabilidade da contratação devem ser atendidos de acordo com os seguintes requisitos:

3.3.1.1. Os materiais adquiridos são de instalação imediata e já vêm prontos para o uso.

3.3.1.2. Não restarão resíduos ou materiais poluentes a não serem as embalagens dos produtos que serão colocadas à disposição da coleta de lixo pelo executivo municipal que realizará o correto descarte ou reaproveitamento dos materiais recicláveis que porventura restarem.

3.3.1.3. Utilização, preferencialmente, no todo ou em parte, de materiais atóxico, reciclável, e/ou biodegradável;

3.3.1.4. Utilização de materiais que proporcione baixo impacto aos recursos naturais tais como a flora, a fauna, o ar, o solo e aos recursos hídricos;

3.4. Da indicação de marcas ou modelos

3.4.1. Não serão exigidas marcas ou modelos específicos para a contratação.

3.5. Da vedação de utilização de marca ou modelo

3.5.1. Não haverá vedação de marca/modelo na presente contratação.

3.6. Da exigência de carta de solidariedade

3.6.1. Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade na presente aquisição;

3.7. Da Garantia da Contratação

3.7.1. Não será exigida garantia de execução da contratação para este objeto;

3.8. Da garantia do produto, da manutenção e da assistência técnica:

3.8.1. Garantia legal estabelecida pelo licitante e /ou fabricante pelo prazo mínimo de 12 meses a contar da data do recebimento definitivo do Objeto. O licitante deverá informar na sua proposta comercial enviada para habilitação a garantia e contato do fabricante ou representante da marca para acionamento da garantia. Caso a garantia do fabricante seja inferior ao período mínimo exigido, o tempo restante terá sua garantia coberta pelo licitante / fornecedor nos mesmos termos da garantia do fabricante. Aplica-se subsidiariamente a garantia Legal estabelecida no Código de Defesa do Consumidor (CDC) e demais dispositivos Legais.

3.8.2. A garantia será prestada com vistas a manter os bens fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

- 3.8.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 3.8.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 3.8.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 3.8.6. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do produto das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
- 3.8.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 3.8.8. Nas hipóteses previstas nos subitens 3.8.6 e 3.8.7 o Contratado deverá disponibilizar produto equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 3.8.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar fornecedor diverso para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos produtos.
- 3.8.10. O custo referente ao transporte dos produtos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 3.8.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado do prazo de vigência do contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. Prazo de entrega para todos os lotes

4.1.1. O prazo de entrega do objeto é de até 30 (trinta) dias úteis contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente, em remessa única. Devidamente justificado e antes de finalizado o prazo de entrega, o fornecedor poderá solicitar prorrogação do prazo da entrega, ficando a cargo da área demandante acolher a solicitação, desde que não haja prejuízo no abastecimento, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior, conforme disposto no inciso V, do art. 137, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

4.2. Do Local e Horário de Entrega para todos os lotes

4.2.1. Os materiais deverão ser entregues na sede da 3ª Cia PM Ind PE (Ger 3ª RPM), situado no seguinte endereço: Avenida Bernardo Guimarães, 581, Londrina, Santa Luzia/MG - CEP: 33115-650 de **segunda à sexta-feira de 08:30 às 16:30 e às quartas-feiras de 08:30 às 13:00.**

4.3. O agendamento da entrega poderá ser feito através dos telefones: (31) 3268-0950 - 3ª Cia PM Ind PE (Ger 3ª RPM) - Santa Luzia.

5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

5.1. Do recebimento

5.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, por militar da unidade 3ª Cia PM Ind PE (Ger 3ª RPM), para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes na nota de empenho, no termo de referência e na proposta;

5.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e na proposta comercial, devendo ser substituídos no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação do fornecedor, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.1.3. Os bens serão recebidos definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material, bem como o atendimento das exigências deste Termo de Referência e consequente aceitação, que deverá acontecer, mediante termo detalhado, em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento provisório;

5.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências;

5.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração notificará o fornecedor para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

5.1.6. O prazo para a solução, pelo fornecedor, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

5.1.7. O recebimento/aprovação do(s) produto(s) pela Administração não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração as faculdades previstas no art. 18 da Lei Federal n.º 8.078, de 1990.

5.2. Da Liquidação

5.2.1. A Liquidação será efetuada no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados da data da entrega definitiva do produto e

respectivo aceite pela Administração;

5.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.2.2.1. O vencimento;

5.2.2.2. A data da emissão;

5.2.2.3. Os dados do empenho, da autorização de fornecimento e do órgão;

5.2.2.4. O valor a pagar; e

5.2.2.5. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o fornecedor providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao estado;

5.2.4. A nota fiscal ou o instrumento de cobrança equivalente deverá ser acompanhado da comprovação da regularidade fiscal disposta no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.3. **Do Pagamento**

5.3.1. O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final da liquidação a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela Administração;

5.3.1.1. A Administração deve observar a ordem cronológica nos pagamentos, conforme disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

5.3.2. No caso de atraso por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos ao fornecedor serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação do IPCA;

5.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

5.3.4. Independentemente do percentual de tributo inserido pelo fornecedor na planilha de custo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

5.3.5. O fornecedor deve garantir a manutenção dos requisitos de habilitação previstos no Edital;

5.3.5.1. Eventuais situações de irregularidades fiscal ou trabalhista do fornecedor não impedem o pagamento se o objeto tiver sido executado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento do fornecedor;

5.3.6. O fornecedor regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. **MODELO DE GESTÃO DA AQUISIÇÃO**

6.1. **Regras Gerais:**

6.1.1. O processo de aquisição deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e artigos 15 e 16 do Decreto 48.587, de 2023;

6.1.2. As comunicações entre o órgão e o fornecedor devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

6.1.3. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

6.1.4. Após a retirada/aceitabilidade da autorização de fornecimento, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa fornecedora para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações legais e regulamentares, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do fornecimento, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.1.5. A execução da compra deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos responsáveis descritos no ETP, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e art. 14 do Decreto nº 48.587, de 2023;

6.1.6. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial dos termos do edital, deverão ser observadas as disposições dos art. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a fim de apurar a responsabilidade do fornecedor e eventualmente aplicar sanções.

6.2. **Da fiscalização da aquisição**

6.2.1. Os fiscais dos contratos prestarão apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes as suas competências, nos termos do inciso I do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.2. Os fiscais dos contratos anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, nos termos do inciso II do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.3. Os fiscais dos contratos emitirão notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexistência ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção, nos termos do inciso III do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.4. Os fiscais dos contratos informarão ao gestor do contrato, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a

situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme §§1º e 2º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso IV do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.5. Os fiscais dos contratos comunicarão imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas, nos termos do inciso V, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.6. Os fiscais dos contratos fiscalizarão a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato, nos termos do inciso VI, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.7. Os fiscais dos contratos comunicarão ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, nos termos do inciso VII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.8. Os fiscais dos contratos realizarão o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VIII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade do Contratado por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

6.2.10. Os fiscais dos contratos informarão às empresas contratadas, com exatidão, os locais e condições em que serão os aparelhos de ventiladores e climatizadores.

6.3. Da gestão do processo de compra

6.3.1. O responsável pela compra orientará a equipe de fiscalização no desempenho de suas atribuições, nos termos do inciso I, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023;

6.3.2. O responsável pela compra acompanhará os registros realizados pela equipe de fiscalização, das ocorrências relacionadas à execução do aquisição e as medidas adotadas, e informará à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, nos termos do inciso II, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023;

6.3.3. O responsável pela compra acompanhará a manutenção das condições de habilitação do fornecedor, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, nos termos do inciso III, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023;

6.3.4. O responsável pela compra coordenará a autuação da rotina de acompanhamento e de fiscalização da aquisição, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, nos termos do inciso IV, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023;

6.3.5. O responsável pela compra coordenará os atos preparatórios relativos à instrução processual e ao envio da documentação pertinente à seção de licitações e contratos para formalização da celebração de aditivos, prorrogações, reajustes ou rescisões, nos termos do inciso V, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023;

6.3.6. O recebimento definitivo do objeto da aquisição será procedido por comissão própria da unidade, previamente designada para tal, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências editalícias, nos termos do inciso VI, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023;

6.3.7. O responsável pela compra elaborará o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a aquisição e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, nos termos do inciso VII, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023;

6.3.8. O responsável pela compra tomará as providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso, nos termos do inciso VIII, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento na modalidade pregão, conforme art. 28 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço, conforme art. 33, da referida Lei Federal, tendo em vista a justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar.

7.2. Dos critérios da aceitabilidade da proposta

7.2.1. A proposta terá validade de 90 (noventa) dias corridos contados da data de aceitação;

7.2.2. Deverá constar na proposta a marca e o modelo dos itens fornecidos;

7.2.3. O fornecedor deverá constar na proposta todos os itens composto na embalagem de entrega, inclusive constar todos os acessórios necessários para o funcionamento do material;

7.2.4. O fornecedor constará na proposta também a garantia dos produtos fornecidos, não devendo ser menos que as garantia exigidas neste termo de referência, conforme item 3.8;

7.2.5. O fornecedor deverá enviar junto com a proposta o catálogo constando o item a ser fornecido, com foto, descrição e características do material.

7.3. Da Amostra

7.3.1. Não será exigida a apresentação de amostras nesta aquisição;

7.4. Da Prova de Conceito (PoC)

7.4.1. Não será exigida a apresentação de prova de conceito nesta aquisição.

8. HABILITAÇÃO

8.1. Habilitação Jurídica

- 8.1.1. Documento de identificação, com foto, do responsável pela(s) assinatura(s) da(s) Proposta(s) Comercial(is);
- 8.1.2. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- 8.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias, cooperativas ou empresas individuais de responsabilidade limitada e, no caso de sociedade de ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus administradores;
- 8.1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas em se tratando de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 8.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;
- 8.1.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

- 8.2.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 8.2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto;
- 8.2.3. Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 8.2.4. A prova de regularidade fiscal e seguridade social perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, bem como das contribuições previdenciárias e de terceiros;
- 8.2.5. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais objeto da compra, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 8.2.6. Certificado de Regularidade relativa à seguridade social e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço –FGTS;
- 8.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.2.8. Comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

8.3. Qualificação Econômico-Financeira

- 8.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, emitida nos últimos 06 (seis) meses;

8.4. Da Qualificação Técnico-Operacional e Técnico-Profissional para ambos os lotes

- 8.4.1. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta contratação;
- 8.4.3. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.4.5. Deverá ser apresentada comprovação de aptidão para a compra de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, atendendo ao quantitativo mínimo de 30% (trinta por cento) das quantidades apresentadas no subitem 1.1 do Termo de Referência, conforme §2º do art. 67 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 8.4.7. Para atendimento do quantitativo indicado acima, é admitido o somatório de diferentes atestados, podendo ser de períodos concomitantes, desde que compatíveis com as características do objeto da licitação.
- 8.4.9. Os atestados deverão conter:
 - 8.4.10.1. Nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, contato).
 - 8.4.10.3. Local e data de emissão.
 - 8.4.10.5. Nome, cargo, contato e a assinatura do responsável pela veracidade das informações.
 - 8.4.10.7. Período da execução da atividade e quantitativo do objeto fornecido.
- 8.4.11. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 8.4.13. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

9.1. Da contratante

- 9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo fornecedor, de acordo com o presente termo de referência;
- 9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

- 9.1.3. Notificar o fornecedor, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, e solicitar que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução da compra, nos termos deste Termo de Referência, e atestar o efetivo recebimento do objeto adquirido;
- 9.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte os bens entregues, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e/ou na proposta comercial do fornecedor, impondo-se a recusa se o bem for defeituoso, tiver prazo de validade vencido, ou outras situações que inviabilizem o recebimento, hipótese em que se promoverá anotação da ocorrência em registro próprio;
- 9.1.6. Solicitar ao fornecedor emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia parcial sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 9.1.7. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 9.1.8. Efetuar o pagamento ao fornecedor do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento;
- 9.1.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que vierem a ser solicitados pelo fornecedor;
- 9.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 9.1.11. A Administração terá o prazo de até 30 dias corridos a contar da data do protocolo do requerimento, tratado no item 9.1.10, para decidir e admitir a prorrogação motivada por igual período, conforme art. 123, Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 9.1.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo fornecedor no prazo máximo de 30 dias corridos;
- 9.1.13. Aplicar ao fornecedor as sanções legais e regulamentares;
- 9.1.14. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários por meio dos documentos pertinentes;
- 9.1.15. Disponibilizar local adequado para o fornecimento do objeto;
- 9.1.16. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo fornecedor com terceiros, ainda que vinculados à execução da compra, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do fornecedor, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 9.2. Do contratado**
- 9.2.1. O fornecedor deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 9.2.2. Entregar o objeto adquirido acompanhado do manual do usuário, com versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, se for o caso;
- 9.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 1990;
- 9.2.4. Comunicar à administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antecedentes à data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.2.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso III, art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023, e prestar todos os esclarecimentos ou informações por eles solicitados;
- 9.2.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução e/ou fornecimento do objeto e/ou dos materiais empregados;
- 9.2.7. O fornecedor será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do fornecimento, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão;
- 9.2.8. Arcar com os descontos nos pagamentos ou garantia, se for o caso, do valor correspondente aos danos sofridos, devidamente comprovados;
- 9.2.9. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as à Administração para ateste e pagamento;
- 9.2.10. Responsabilizar-se pela garantia dos produtos entregues e dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência;
- 9.2.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Administração e não onerará o objeto da compra;
- 9.2.12. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto da aquisição;
- 9.2.13. Paralisar, por determinação da Administração, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.2.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência da aquisição;

- 9.2.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento das obrigações relativas à compra;
- 9.2.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da aquisição, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea “d”, art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 9.2.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração;
- 9.2.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste documento, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.2.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução desta aquisição;
- 9.2.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.2.21. Submeter previamente, por escrito, à Administração, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.2.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o fornecedor que:
- 10.1.1. Der causa à inexecução parcial da aquisição;
- 10.1.2. Der causa à inexecução parcial da compra que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 10.1.3. Der causa à inexecução total da compra;
- 10.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 10.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 10.1.6. Não entregar a documentação exigida para a aquisição, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da aquisição sem motivo justificado;
- 10.1.8. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a aquisição e execução da compra;
- 10.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da aquisição;
- 10.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 10.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.
- 10.2. Serão aplicadas ao fornecedor que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 10.2.1. **Advertência** - quando o fornecedor der causa à inexecução parcial da aquisição, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no §2º, art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 10.2.2. **Impedimento de licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.2 a 10.1.7, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 4º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 10.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.8 a 10.1.12, bem como nos subitens 10.1.2 a 10.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no §5º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);
- 10.2.4. **Multa:**
- 10.2.4.1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total da aquisição, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
- 10.2.4.1.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção da compra por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 10.3. As sanções previstas nos subitens 10.2.1, 10.2.2 e 10.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme disposto no §7º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 10.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Administração ao fornecedor, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme §8º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 10.5. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração, conforme disposto no §9º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 10.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme disposto no art. 157, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 10.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;
- 10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as

penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

10.9. Em observância ao disposto no §1º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, na aplicação das sanções serão considerados:

10.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.9.2. As peculiaridades do caso concreto;

10.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.9.4. Os danos que dela provierem para a Administração;

10.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

10.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos nesta última Lei citada, conforme art. 159 da referida Lei de Licitações;

10.11. A personalidade jurídica do Fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste documento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o fornecedor, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme disposto no art. 160, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

10.12. A Administração deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme art. 161, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

10.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

10.14. Os débitos do fornecedor para com a Administração, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes desta mesma aquisição ou de outros contratos administrativos que o fornecedor possua com o mesmo órgão.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA COMPRA

11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 118.359,96 (cento e dezoito mil, trezentos e cinquenta e nove reais e noventa e seis centavos), conforme custos unitários apostos no LOTE 01 constante do subitem 1.1 deste Termo de referência.

11.2. O custo estimado total da contratação é de R\$ 109.227,06 (cento e nove mil, duzentos e vinte e sete mil e seis centavos), conforme custos unitários apostos no LOTE 02 constante do subitem 1.1 deste Termo de referência.

11.3. Valor total de todos os lotes é de R\$ 227.587,02 (duzentos e vinte sete mil, quinhentos e oitenta e sete reais e dois centavos).

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente Compra correrão por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor, aprovado pela Lei Orçamentária Anual 24.678/2024;

12.2. As Aquisições serão atendidas pelas dotações constantes nos Memorandos referenciados.

12.2.1. 1251.06.181.137.4366.0001.4.4.90.52.XX.1.15.1;

12.2.2. 1251.06.181.137.4366.0001.4.4.90.52.XX.1.10.8

Elaborado por:

ISAQUE NORBERTO, CB PM
AUX. COMPRAS 3ª RPM

Aprovado por:

HAMILTON LEVINDO ALVES JÚNIOR, 2º TEN PM
CHEFE COMPRAS 3ª RPM



Documento assinado eletronicamente por **Isaque Norberto, Cabo PM**, em 14/11/2024, às 10:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **98964363** e o código CRC **D107FCD2**.



ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS
PMMG/3RPM/COMPRAS

Versão v.20.09.2020.

ANEXOS

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE BEM

PROPOSTA COMERCIAL PARA O PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2024 (preenchida em papel timbrado da proponente)		
DADOS A CONSTAR NA PROPOSTA		PREENCHIMENTO PELO PROPONENTE
Razão Social:		
CNPJ:		
Endereço:		
Telefone:		
Endereço Eletrônico:		
Nome do Representante Legal:		
CPF do Representante Legal:		
LOTE: ____, conforme especificação técnica do item ____ do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	R\$	R\$

DESCRIÇÃO DO ITEM COM TODAS CARACTERÍSTICAS SOLICITADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA

Observações:

Prazo de Validade da Proposta:

90 dias.

Prazo de Entrega:

30 dias úteis após o recebimento da autorização de fornecimento.

Local de Entrega:

Av. Bernardo Guimarães, 581 - Londrina, Santa Luzia - MG, 33115-650.

Declaro que:

- a) serão atendidas todas as condições comerciais estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência, deste Edital de Pregão Eletrônico;
- b) nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas e financeiros, taxas, seguros e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto a ser contratado na presente licitação e que estou de acordo com todas as normas da solicitação de propostas e seus anexos;
- c) esta proposta foi elaborada de forma independente;

As informações disponibilizadas neste documento estão sujeitas ao previsto na Lei n.º 13.709, de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Santa Luzia, 07 de outubro de 2024.

PADRÃO - Declarações de Bem(Lei14133) PMMG/3RPM/COMPRAS Nº 98964977/2024

PADRÃO - DECLARAÇÕES DE BEM(LEI14133)

ANEXO III – SUGESTÕES DE MODELOS DE DECLARAÇÕES

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE MENORES

A _____, CNPJ nº. _____, com sede
à _____, declara, sob as penas da lei, a inexistência de trabalho noturno, perigoso ou
insalubre por menores de 18 (dezoito) anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16
(dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso
XXXIII, da Constituição Federal.
Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 13 DE DECRETO
ESTADUAL Nº 47.437, de 2018**

A _____, CNPJ nº. _____, com sede
à _____, declara, sob as penas da lei, que cumpre todos os requisitos legais para sua
categorização como _____, estando no rol descrito no item 5.3 deste
edital, não havendo quaisquer impedimentos que a impeça de usufruir do tratamento favorecido
diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e Decreto Estadual nº
47.437, de 26 de junho de 2018.
Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS

A _____, CNPJ nº. _____, com sede
à _____, declara, sob as penas da lei, que está ciente das condições contidas neste edital
e seus anexos.
Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO

A _____, CNPJ nº. _____, com sede
à _____, declara, sob as penas da lei, que não possui, em sua cadeia produtiva,
empregados executando trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV do artigo
1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal.
Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)